

ÍNDICE GERAL

PLANO DA OBRA	13
-------------------------	----

INTRODUÇÃO

O PROBLEMA E AS SUAS COORDENADAS

1. Prolegómenos sobre a confiança e o Direito	17
2. A responsabilidade pela confiança enquanto tema da dogmática jurídica; o rumo da investigação	24
3. O ressarcimento dos danos no quadro geral da tutela das expectativas: pro- tecção “negativa” <i>vs.</i> protecção “positiva” da confiança	41
4. Recorte do âmbito da protecção indemnizatória da confiança; a tutela da aparência	44
5. (<i>cont.</i>) A protecção positiva da confiança “por imperativo ético-jurídico” (CANARIS)	61
6. Doutrina da confiança e negócio jurídico	66
7. Doutrina da confiança e responsabilidade civil; o sentido geral da crítica à teoria da confiança	75
8. Conclusão; a tutela indemnizatória das expectativas no contexto dos requisitos das teorias jurídicas	87

CAPÍTULO I

ERUPÇÕES DO PENSAMENTO DA CONFIANÇA NA RESPONSABILIDADE CIVIL: UMA SINOPSE

9. A <i>culpa in contrahendo</i>	99
10. O alargamento do âmbito subjectivo da culpa pré-contratual	115
11. (<i>cont.</i>) A responsabilidade de consultores, peritos e outros participantes no processo de formação do contrato por <i>culpa in contrahendo</i>	125

12. A responsabilidade por informações, modalidade geral da responsabilidade por declarações	159
13. A responsabilidade por prospecto	180
14. A responsabilidade por mensagens publicitárias	192
15. O abuso do direito: remissão; indicação da sequência	216

CAPÍTULO II

A CONFIANÇA PERANTE CONCEPÇÕES ALTERNATIVAS DE RESPONSABILIDADE POR VIOLAÇÃO DE DEVERES DE AGIR

16. A supressão da confiança e a homogeneização da responsabilidade por infração de deveres de comportamento no sistema de PICKER	221
17. A “delitualização” da confiança; em especial, a proposta de VON BAR	233
18. O problema da ressarcibilidade aquiliana dos interesses primariamente patrimoniais	238
19. (cont.) Os deveres no tráfico para a protecção do património	251
20. Dogmática delitual e protecção da confiança	261
21. (cont.) Paradigma funcional do direito delitual e responsabilidade pela confiança	270
22. O perfil sistemático da imputação aquiliana de danos face ao direito positivo; ilações para um regime da responsabilidade pela confiança	287
23. O paradigma delitual perante outras questões de responsabilidade; orientações, por confronto, para uma disciplina da protecção da confiança; conclusão	307
24. A responsabilidade profissional	329
25. Protecção da confiança como responsabilidade por violação de deveres <i>ex negotii</i> ou <i>ex contractu</i> ? Apreciação final e indicação do <i>iter</i>	339

CAPÍTULO III

ELEMENTOS PARA UMA RECONSTRUÇÃO CRÍTICA DA DOCTRINA DA CONFIANÇA NA RESPONSABILIDADE CIVIL

§ 1.º Pressupostos Gerais da Autonomia Dogmática do Pensamento da Confiança	345
---	-----

26. Ordem jurídica, função de protecção das expectativas e responsabilidade pela confiança	345
27. Confiança, fundamento e elemento constitutivo essencial de uma situação de responsabilidade, e confiança enquanto <i>ratio</i> (estratégica) de normas jurídicas	351
28. A confiança como termo teleológico das normas jurídicas em especial: sentido e justificação	361
29. Confiança “típica”, presunção de confiança e condições da autonomia dogmática da protecção das expectativas	369
§ 2.º A Depuração da Responsabilidade pela Confiança da Infração de Deveres de Comportamento	381
30. As regras de agir, meio privilegiado de institucionalização de expectativas com carácter preventivo, e a sua inconciliabilidade com uma responsabilidade pela confiança dogmaticamente autónoma	381
31. (<i>cont.</i>) A confiança “normativa”; alguns corolários da emancipação da responsabilidade pela confiança com respeito à violação de <i>regulae agendi</i>	389
32. O problema da admissibilidade de um dever de correspondência à confiança alheia: frustrabilidade da confiança enquanto corolário da autonomia privada <i>vs.</i> liberdade circunscrita, e privilegiada, de agir; a inutilidade metodológico-operativa de uma vinculação daquele tipo	395
33. A questão correlativa do entendimento do <i>venire</i> e da “neutralização” (<i>suppressio</i>); sua distinção da violação de deveres de comportamento (e da regra de agir segundo a boa fé); a indemnização como compensação pela defraudação das expectativas na coerência e continuidade do comportamento	402
34. Conclusão: em especial, a inexistência de uma adstrição geral de observância das expectativas alheias, o carácter objectivo da responsabilidade pela confiança e o correcto sentido da regra/excepção na dicotomia entre protecção positiva e negativa da confiança; aspectos complementares	428
§ 3.º Regra da Conduta de Boa Fé e Responsabilidade pela Confiança	431
35. A regra da conduta de boa fé	431
36. A responsabilidade pela confiança como realidade independente da violação dos deveres laterais de conduta decorrentes da boa fé	452
37. Boa fé e ordem envolvente do sistema de protecção da confiança propriamente dito; prevenção de expectativas infundadas e responsabilidade pela criação ou manutenção indevida da confiança de outrem	466

38. Em particular: regra da conduta de boa fé e responsabilidade por indução negligente de expectativas; dever de verdade e dever de esclarecimento	468
39. Relação de confiança e comportamento de boa fé	474
§ 4.º Reordenações Dogmáticas como Corolário da Destrinça entre Responsabilidade por Violação da Regra da Boa Fé e Protecção da Confiança	480
40. <i>Culpa in contrahendo</i> e responsabilidade pela confiança	480
41. A responsabilidade pela ruptura das negociações	502
42. Conclusão: a discriminação entre <i>culpa in contrahendo</i> e responsabilidade pela confiança, necessidade dogmática e condição de uma responsabilidade pré-contratual por <i>venire</i>	522
43. Cartas de conforto, tutela da confiança e responsabilidade pré-contratual	527
44. Os negócios de confiança	544
45. Responsabilidade pela confiança, regra da conduta de boa fé e o problema da racionalização da <i>praxis</i> das relações contratuais duradouras	559
46. As ligações correntes de negócios	574

CAPÍTULO IV

RECORTE E FUNDAMENTO DA RESPONSABILIDADE PELA CONFIANÇA

§ 1.º O Modelo da Responsabilidade pela Confiança	583
47. A autonomia em relação à violação de deveres de comportamento à luz dos pressupostos da protecção das expectativas: considerações preliminares	584
48. Paradoxos da concepção do dever enquanto simples formulação conclusiva e sintética dos pressupostos da protecção da confiança; a dificuldade “cronológica” na responsabilidade por declarações; o problema nas omissões	589
49. A incongruência do requisito da justificabilidade da confiança com o arquétipo da responsabilidade por violação de deveres	592
50. A incompatibilidade do investimento de confiança com o modelo da responsabilidade por infração de regras de conduta	596
51. Investimento e estrutura “binária” da realidade protegida pela teoria da confiança; a responsabilidade pela confiança enquanto responsabilidade	

pela frustração de uma intencionada coordenação de condutas por parte do confiante	602
52. Captação e frustração da confiança no tempo; as declarações inexactas como acções de duplo efeito	607
53. A dualidade da responsabilidade pela frustração de expectativas: confiança em conduta futura e em declarações; a impossibilidade conceptual-sistemática da conexão da responsabilidade pela confiança a uma conduta omissiva	610
54. Confiança: elemento do processo causal que conduz ao dano ou fundamento da responsabilidade (violação de deveres de comportamento <i>vs.</i> protecção de expectativas?); a causalidade psíquica	618
55. (<i>cont.</i>) O comprometimento da responsabilidade por violação de deveres com o paradigma “físico-naturalístico” da causalidade; a causalidade no “jogo de linguagem” específico da responsabilidade pela confiança; a autonomia e não exclusão recíproca do quadro de referência de cada modelo de responsabilidade	626
56. Conclusão; a protecção da confiança perante a distinção entre responsabilidade por “actos” e por “palavras” e a não vinculação dessa distinção ao carácter primariamente patrimonial dos prejuízos	647
57. A necessidade de reformulação do pensamento da imputação como efeito do recorte da responsabilidade pela confiança e da sua autonomia com respeito à violação de deveres	655
58. A responsabilidade pela confiança, consequência possível da infracção de deveres: inadimplemento contratual, interesse positivo e dano de confiança	662
§ 2.º Função da Responsabilidade pela Confiança e sua Relação com a Tutela “Positiva” das Expectativas	673
59. O investimento de confiança e o interesse protegido pela indemnização	673
60. (<i>cont.</i>) O problema na responsabilidade pela confiança em declarações; uma renovada compreensão da garantia edilícia como corolário?	680
61. A articulação entre protecção “positiva” e “negativa” da confiança	690
62. A questão da invocabilidade do vício de forma do negócio, campo paradigmático de ensaio da presente concepção da responsabilidade pela confiança	710
§ 3.º O Problema da Delimitação e o Quadrante Dogmático da Responsabilidade pela Confiança	739
63. A circunscrição da protecção das expectativas: “fundamento” e “condições”; as “ligações especiais” na construção da responsabilidade pela confiança	739

64. Sobre a inserção sistemática da responsabilidade pela confiança no direito da responsabilidade civil: “contort”, <i>continuum</i> ou novo “trilho”? Uma “quarta pista” ou a real heterogeneidade das “responsabilidades intermédias”	757
§ 4.º Responsabilidade pela Confiança, Autovinculação e Acordo de Facto	767
65. Razão de ordem; autovinculação <i>vs.</i> confiança? A proposta de KÖNDGEN	767
66. (<i>cont.</i>) Autodeterminação de consequências, negócio e sistema de fontes; a protecção da confiança como questão de “responsabilidade” . . .	780
67. Autovinculação, <i>promissory estoppel</i> e teoria da confiança	795
68. Responsabilidade pela confiança e doutrina do acordo de facto	813
§ 5.º Responsabilidade pela Confiança, Direito Positivo e Positividade do Direito	827
69. Preliminares em ordem a uma fundamentação de <i>iure constituto</i> da responsabilidade pela confiança; alguns afloramentos na lei civil	827
70. “Lugar” e “modo” da protecção da confiança na cláusula do abuso do direito	839
71. (<i>cont.</i>) O problema da articulação entre boa fé e responsabilidade pela confiança no abuso do direito	850
72. A necessidade de uma justificação <i>praeter legem</i> da responsabilidade pela confiança; a boa fé enquanto simples ideia regulativa legal de carácter inconclusivo	865
73. Elementos para uma fundamentação da “validade jurídica” da protecção da confiança: a responsabilidade pela confiança no seio da justiça comutativa, como forma (compensatória) de <i>iustitia correctiva</i>	873
74. A responsabilidade pela confiança enquanto missão do Direito	888

EPÍLOGO

POR UMA TEORIA “PURA” DA RESPONSABILIDADE PELA CONFIANÇA

Siglas	907
Bibliografia	909
Índice Ideográfico	943
Índice Geral	969